

42º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências  
Sociais (Anpocs)

SPG16 - Estratificação social no Brasil: questões empíricas e metodológicas

Um debate em perspectiva crítica: compreensão e problematização da “Nova Classe  
Média”

Carolina Duarte Zambonato

Caxambu, 2018

O conjunto de medidas político-econômicas, sobretudo a valorização do salário mínimo, a criação e ampliação de programas assistenciais, bem como a abertura de créditos no mercado, possibilitou um processo de ascensão social cujos efeitos se refletiram em diversos indicadores. Às variações metodológicas, sejam elas no nível mais abstrato das epistemologias, sejam no nível empírico das medições econométricas, corresponderam diferentes leituras da realidade e do setor emergente daí decorrente, gerando um campo de debates e disputas em torno da significação e apropriação simbólica do fenômeno, bem como do rearranjo institucional governamental.

Em agosto de 2008, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), sob a presidência de Márcio Pochmann, publicou um documento intitulado “Pobreza e Riqueza no Brasil Metropolitano” (IPEA, 2008) o qual, associando o crescimento econômico à melhora na renda das famílias brasileiras, apontou uma redução no número de pobres. Sua análise centrava-se, principalmente, nos efeitos do aumento real do salário mínimo e dos programas sociais do governo federal.

No mesmo mês daquele ano, a Fundação Getúlio Vargas (FGV), sob coordenação do economista Marcelo Neri, lançou outro documento, intitulado *A Nova Classe Média* (FGV, 2008) defendendo a tese, a partir de critérios de renda e consumo, de que o processo de mobilidade social brasileira havia gerado uma nova classe média. Nela estariam aqueles que recebiam renda mensal *per capita* entre R\$ 291,00 e R\$ 1.019,00, caracterizando aproximadamente 54% da População Economicamente Ativa (PEA) do Brasil. O país teria se tornado, então, um país de classe média. Rapidamente a tese de Neri ganhou espaço na imprensa<sup>1</sup> e despertou atenção de economistas e sociólogos<sup>2</sup>, principalmente pelas novidades metodológicas ligadas precipuamente à “literatura de bem-estar social” e às classificações do chamado “Critério Brasil”.

Em 2012, o então ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) da Presidência da República, Wellington Moreira Franco, nomeou Marcelo Neri à presidência do Ipea, defendendo que as pesquisas do economista sobre a nova classe

---

<sup>1</sup>Para exemplificar, o Estadão publicou reportagem em 10 de setembro de 2010, intitulada *Classe Média dribla a crise e já é a maioria*, disponível em <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral.classe-media-dribla-crise-e-ja-e-maioria-imp-.608264> ; e a Folha de São Paulo publicou coluna de Marcelo Neri nomeada *A Nova Classe Média* em 29 de janeiro de 2012, disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/22760-a-nova-classe-media.shtml> ;

<sup>2</sup>Conforme publicação do Estadão em 30 de maio de 2012, *Especialistas divergem sobre nova classe média*, disponível em <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral.especialistas-divergem-sobre-nova-classe-media-imp-.879747>

média seriam fundamentais para que o instituto buscasse “[...] as melhores alternativas de política econômica para o país crescer.”<sup>3</sup> A escolha rompeu a hegemonia da Universidade de Campinas (Unicamp) sobre o Ipea e alavancou a participação da FGV na condução dos assuntos políticos do país. Em 2013, Neri assume como ministro a SAE.

Assim, tanto a reordenação dos cargos de chefia administrativa como os pressupostos que embalarão a tese da *Nova Classe Média* (NCM), colocaram o tema das classes sociais na ordem do dia. Deste modo, diversos autores e intelectuais se manifestaram acerca do tema, apresentando outras perspectivas, tanto ratificando a tese como contrapondo-a sob um prisma crítico. Bolívar Lamounier, Amaury de Souza, Jessé Souza, Waldir Quadros, Celi Scalon, André Salata, Guilherme Sobrinho, Márcio Pochmann são alguns exemplos de nomes que interferiram neste cenário e cujas reflexões figuram neste trabalho.

#### *Social-liberalismo: Nova roupagem do Neo-Liberalismo*

Diante das crises conjunturais que se armaram na década de 90, o receituário idealizado do neoliberalismo, referente às políticas do Consenso de Washington, passa a sofrer modificações ante a impossibilidade de cumprimento de suas falsas expectativas. Os altos índices de pobreza e desigualdades sociais, o déficit nas contas públicas, a inflação descontrolada, bem como eventos de resistência política, forçaram uma reformulação ideológica do projeto neoliberal, denominado aqui, na esteira de Rodrigo Castelo, Ricardo Antunes, Carlos Montaña, entre outros, de social-liberalismo.

O social-liberalismo emerge a partir do mal-estar pós-Consenso de Washington, buscando incorporar, sob a mesma base do pensamento neoliberal, a “questão social”, ou seja, os temas da justiça social e das desigualdades sócioeconômicas. Montam-se, sob a nova variante neoliberal, teses de desenvolvimento econômico com equidade, focalizadas em programas assistenciais em comunhão com as ações do “Terceiro Setor”.

Esta mudança de perspectiva se colocou precipuamente nos anos 90 sob o comando do Banco Mundial e aterriza na América Latina pela Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal). Esta, por sua vez, produz diversos documentos os quais “buscavam combinar ecleticamente fórmulas teóricas e projetos políticos da

---

3 SANTOS, Chico. Moreira Franco confirma Marcelo Neri para presidência do IPEA. *Valor Econômico*. Rio de Janeiro, 24 de Agosto de 2012. Disponível em: <https://www.valor.com.br/brasil/2803042/moreira-franco-confirma-marcelo-neri-na-presidencia-do-ipea>

reestruturação produtiva toyotista, estabilização econômica e justiça social, concluindo pela promoção de medidas sociais compensatórias.” (CASTELO, 2013, p. 254).

Dentre as múltiplas elaborações, Castelo aponta alguns eixos centrais do bloco ideológico social-liberal. O primeiro deles, apontado por Castelo, é a sublimação das ideologias e referências políticas entre direita e esquerda, valorizando posições técnico-pragmáticas. Esta questão se liga ao endereçamento crítico tanto à ortodoxia neoliberal, por sua incapacidade de promover um desenvolvimento sócioeconômico equilibrado, quanto ao pensamento socialista – compreendido desde o *Welfare State* até o socialismo revolucionário, por ter uma concepção teleológica da história e aversão à democracia (MARTINS e LIMA, 2005, p. 45-46).

No mesmo sentido é a crítica à incapacidade de alocação justa dos agentes no mercado, cujos fundamentos (concorrência e propriedade privada) ainda seriam os melhores para a produção de riquezas, bem como o reconhecimento do papel do Estado na promoção de *equidade social*. Conceitualmente, a equidade social possui raízes no pensamento liberal clássico e centra as causas e a referência às desigualdades sociais nos indivíduos e em suas diferenças naturais, as quais poderão ser compensadas pela qualificação da mão de obra através de uma educação voltada ao mercado.

É num novo pacto social que articule Estado, mercado e grupos familiares/comunitários<sup>4</sup> que o pensamento social-liberal estabelece o individualismo como valor moral radical, agora redescoberto num indivíduo, sob a influência da globalização, mais aberto, sensível e flexível às influências do mundo, capaz de compartilhar identidades para além de sua esfera econômica.

A partir disso, as desigualdades, a pobreza e o desemprego seriam depreendidos enquanto incapacidades individuais a serem solucionadas através não apenas de ajuda mútua, mas também de valores morais universalmente válidos. Articulando teorias de capital humano e capital social, “[...] a solução dos problemas [sociais] e a realização de demandas deveriam ser buscadas na mobilização social de pequenos grupos e por

---

4 Conforme pontua Giddens: “[...] precisamos reconectar essas três esferas por meio de um novo contrato social, adequado para uma era em que a globalização e o individualismo andam lado a lado. O novo contrato ressalta os direitos e as responsabilidades dos cidadãos. As pessoas não devem se limitar a receber da sociedade, mas se voltar para ela também. [...] O governo deve manter um papel regulamentador em muitos contextos, mas tanto quanto possível deve se tornar um facilitador, proporcionando recursos para que os cidadãos assumam a responsabilidade pelas consequências de seus atos”. (GIDDENS, 2001, p. 167, grifo nosso)

intermédio de ‘parcerias’ com a aparelhagem estatal e outros organismos da sociedade civil, e não mais por políticas universalizantes.” (IDEM, p. 62-63)

A articulação entre qualificação do capital humano e agendas pedagógicas centram importância na cidadania, na participação, no empreendedorismo, no voluntarismo - e outras estratégias apaziguadoras do conflito entre capital e trabalho. É por presumir a possibilidade de uma ética da ação consciente individual orientada à modificação da realidade e capaz de gerir o capitalismo, que subjaz ao social liberalismo uma crítica moralista – idealista – ao capitalismo.

O último eixo orienta-se à crítica ao Estado de Bem Estar Social e ao “socialismo real”, entendidos como excessivamente “paternalistas” e “autoritários” e impeditivos de um desenvolvimento das potencialidades da autonomia individuais. Para tanto, seria necessário associar o aparato estatal com a sociedade civil ativa, por meio do Terceiro Setor e dos novos movimentos sociais.<sup>5</sup>

A estruturação dos eixos da fase contemporânea do neoliberalismo dá suporte para pensar o desenvolvimento específico do social-liberalismo no contexto brasileiro. Este processo conecta-se, ao mesmo tempo, com a readequação do conjunto de forças nas classes dominantes, dado a nova hegemonização do setor financeiro, congregado ao movimento de ampliação do Estado e as novas configurações da sociedade civil.

No Brasil, o social-liberalismo desembarcou quando da ascensão dos governos petistas<sup>6</sup>, os quais mantiveram, ao mesmo tempo, o Brasil como plataforma de valorização financeira, introduzindo novas agendas da questão social – ensejando um debate com diversas interpretações. A adesão ao social-liberalismo ganha expressão no pensamento neodesenvolvimentista que emerge principalmente a partir de meados do segundo mandato de Luís Inácio Lula da Silva (2006-2010).

Castelo (2012, p. 624) aponta que os primeiros escritos novo-desenvolvimentistas surgiram em 2004 pela mão de Luiz Carlos Bresser Pereira, então intelectual orgânico do PSDB, propondo uma ruptura com a ortodoxia neoliberal no plano macroeconômico. A

---

<sup>5</sup> Segundo Carlos Montaña (2014, p. 38-39) a *ideologia do “Terceiro Setor”* congrega uma concepção formal – negativa – de liberdade, enquanto ausência de impeditivos formais, a uma abordagem da ação social dos indivíduos.

<sup>6</sup> Conforme apontam Álvaro Bianchi e Ruy Braga no artigo *Capitalismo patrimonial nos trópicos? Terceira via e governo Lula*, disponível em [https://www.researchgate.net/publication/263656966\\_BIANCHI\\_Alvaro\\_BRAGA\\_Ruy\\_Capitalismo\\_patrimonial\\_nos\\_tropicos\\_Terceira\\_via\\_e\\_governo\\_Lula\\_Universidade\\_e\\_Sociedade\\_Brasilia\\_Brasilia\\_v\\_XIII\\_n31\\_p\\_205-216\\_2003](https://www.researchgate.net/publication/263656966_BIANCHI_Alvaro_BRAGA_Ruy_Capitalismo_patrimonial_nos_tropicos_Terceira_via_e_governo_Lula_Universidade_e_Sociedade_Brasilia_Brasilia_v_XIII_n31_p_205-216_2003)

partir daí inúmeros intelectuais, de cepalinos, keynesianos a apoiadores do PT, passaram a defender o novo-desenvolvimentismo<sup>7</sup>, introduzindo nele a agenda do crescimento econômico com a equidade social e eficiência.

Destacam-se as formulações de Aluizio Mercadante, quando da época de ministro da Educação, e Márcio Pochmann, quando presidente do Ipea, os quais apontavam que, em verdade, o social-desenvolvimentismo já estaria em curso no país, como resultado de uma transição progressiva e pactuada do neoliberalismo.

Se o nacional-desenvolvimentismo apostava no Estado como condutor de uma aliança política entre classes para romper com o subdesenvolvimento, fazendo referência a reformas estruturais com apoio popular, o neodesenvolvimentismo se restringe ao debate com os neoliberais, reduzindo a luta de classes “ao controle das políticas externa, econômica e social para operar uma transição lenta e gradual do neoliberalismo para uma quarta fase do desenvolvimentismo.” (IDEM, p. 630). Assim, a nova roupagem do pensamento desenvolvimentista, hegemonizado pelo social-liberalismo, expressa a decadência ideológica que marca a economia política na sua fase atual, na medida em que ignora o pensamento crítico das abordagens mais totalizantes e debate com o neoliberalismo sem questionar seus pilares fundamentais.<sup>8</sup>

É no interior desses debates, onde a centralidade das reformas estruturais e a garantia de direitos universais se deslocam para políticas de crédito e consumo de serviços no setor privado, que surge a tese da Nova Classe Média. O trabalho, sob a coordenação de Marcelo Neri, foi lançado em agosto de 2008, através da FGV/RJ e indicava que a Faixa C – a “nova classe média” – passara de 42% para 51% da população. No mesmo período o Ipea, com Pochmann na presidência, lançou o

---

7 São identificadas (CASTELO, 2010, p. 629) três principais correntes do novo desenvolvimentismo: a) a macroeconomia estruturalista do desenvolvimentismo, defendida por Bresser Pereira, o qual defende “a primazia do Mercado e seus mecanismos de produção de riqueza, com uma atuação reguladora do Estado nas falhas do Mercado, especialmente nas políticas cambiais e de juros, com destaque para a promoção das exportações”; b) a pós-keynesiana, que sustenta “o papel do Estado como redutor das incertezas do ambiente econômico para favorecer as tomadas de decisão de investimento do setor privado”. Tanto a primeira quanto a segunda advogam a aliança do Estado com a burguesia industrial contra a fração rentista, como se esses setores se contrapusessem radicalmente em épocas de enorme fusão entre os diferentes tipos de capital. Por fim a última corrente c) é a social-desenvolvimentista que aposta na constituição de um mercado interno através da ampliação do consumo de massas. É a partir da última corrente que o neodesenvolvimentismo se expressou nos governos petistas.

<sup>8</sup> O pensamento econômico brasileiro, a partir do novo desenvolvimentismo, recolocou em tela alguns grandes temas nacionais, como soberania externa, integração regional e inserção na divisão internacional do trabalho, industrialização e inovação tecnológica, distribuição de renda, nova classe média, etc. Estes temas, todavia aparecem em larga medida esvaziados de seu conteúdo crítico e analítico para justificar uma razão de governo. (IDEM, p. 629)

documento “*Pobreza e Riqueza no Brasil Metropolitano*”, o qual revelava que nos estudos das seis regiões principais brasileiras mais de três milhões de indivíduos haviam abandonado a condição de pobreza. O documento afirmava:

Contudo, mesmo com números alvissareiros, é necessário notar que os significativos ganhos de produtividade não estão sendo repassados aos salários, indicando que os detentores dos meios de produção podem estar se apoderando de parcela crescente da renda nacional. Por isso o Comunicado da Presidência nº 7 se dedica a observar o comportamento da renda de pobres e ricos nas seis principais regiões metropolitanas do país, pontuando questões que merecem atenção da sociedade e das autoridades.<sup>9</sup>

Assim, enquanto o estudo de Neri focava no aumento de renda e consumo, a pesquisa do Ipea focava-se nos efeitos do salário mínimo real e nos programas sociais do governo federal. Aos poucos, o trabalho de Neri foi ganhando projeção na imprensa e em 2012 Neri é chamado a integrar a presidência do Ipea no lugar de Pochmann. Essa troca, em certo sentido, expressa um campo de disputa no neodesenvolvimento entre as tendências mais (Pochmann) ou menos (Neri) próximas ao nacional desenvolvimentismo.

A integração do “ideólogo” da tese da Nova Classe Média à Secretaria de Assuntos Estratégicos demonstra o grande interesse despertado por uma “teoria” que desse suporte às políticas públicas voltadas à cidadania de consumo. O discurso ideológico, mais que organizador de um consenso em torno da ideia liberal de “progresso social” rumo à “medianização” da sociedade, é um forte aceno ao mercado de bens, materiais e simbólicos, e serviços. A tese, então, integra um processo de consolidação de um novo patamar ideológico, que se realiza sem a pecha de uma direita neoliberal, embora conservando todos os seus pilares fulcrais. É sobre ela que nos debruçaremos a seguir.

#### *Delineando a Tese da Nova Classe Média (NCM)*

Marcelo Neri em seu livro *A nova classe média: o lado brilhante da base da pirâmide*, procura compreender as recentes transformações sob a lupa da “literatura de bem-estar social”, buscando “[...] identificar a magnitude relativa das causas e a sustentabilidade das mudanças observadas” (NERI, 2012, p. 17). Os eixos centrais da tese buscam aplicar metodologias econômicas de renda e consumo às mudanças sociais

correntes; apontar a sustentabilidade do fenômeno, ressaltando o papel da educação; bem como indicar caminhos para políticas públicas.

Para Neri, o conceito de classes sociais está circunscrito ao de classes econômicas, estratos sociais medidos através de renda e consumo, subdividido em representações do tipo A, B, C, D e E. Neri justifica a designação atribuída ao novo estrato econômico, acentuando aquilo que chama de “o lado do produtor”, ou seja, produção de renda, alcançada tanto por meio da expansão do trabalho formalizado quanto pela ação empreendedora desses indivíduos. Em sua obra *A Nova Classe Média*, de 2008, Neri (2008, p. 06) assinala que a classe média está ligada a um plano prospectivo de ascensão social através da realização dos sonhos individuais. Complementarmente, em sua obra de 2012, afirma:

Nova classe média foi o apelido que demos à classe C há anos. Chamar a pessoa de classe C soava depreciativo, pior do que classe A ou B, por exemplo. Nova classe média difere em espírito da expressão *nouveau rich*, que acima de tudo discrimina a origem das pessoas.

Nova classe média dá o sentido positivo e prospectivo daquele que realizou – e continua a realizar – o sonho de subir na vida. Aonde você vai chegar é mais importante do que de onde você veio ou onde está. Classe média não é definida pelo ter, mas pela dialética entre ser e estar olhando para a posse de ativos e para decisões de escolha entre o hoje e o amanhã. Mais do que assíduos frequentadores de templos de consumo, o que caracteriza a nova classe média brasileira é o lado do produtor. A nova classe média busca construir seu futuro em bases sólidas que sustentem o novo padrão adquirido. (IDEM, p. 18, grifo nosso)

Subjazem a esta conceituação não apenas critérios objetivos de renda e consumo na mensuração de classes econômicas, mas também os critérios subjetivos ligados a expectativas futuras. Neste sentido, destaca que a continuidade da ascensão social está ligada à educação enquanto meio fundamental de qualificação destes novos sujeitos. Faz isso constatando que esta ferramenta vem assumindo prioridade nas agendas empresariais. Além disso, aponta o potencial de consumo de serviços básicos – educação, saúde e previdência – não através de políticas universalizantes estatais, mas através da iniciativa privada.

Ser nova classe média também é consumir serviços públicos de melhor qualidade no setor privado, aí incluindo colégio privado, plano de saúde e o produto prêmio, que é a previdência complementar. Todos podem ser vistos como ativos meio públicos, meio privados, que conferem maior, ou menor, sustentabilidade ao sonho brasileiro de subir na vida. (NERI, 2012, p. 19, grifo nosso)

Partindo desses aspectos gerais, Neri utiliza os dados da *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*



(Pnad), da Pesquisa Mensal de Empregos (PME) também do IBGE, da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) e do Produto Interno Bruto (PIB) para apontar que houve crescimento econômico acompanhando de um processo de recuo da desigualdade experimentado pelo Brasil entre 2001 e 2010. Com esses indicadores, busca demonstrar que o crescimento do país esteve acompanhado de um incremento na renda brasileira, principalmente nos estratos mais pobres. Conforme escreve:

De acordo com a Pnad, a desigualdade de renda no Brasil vem caindo desde 2001. Entre 2001 e 2009, a renda per capita dos 10% mais ricos aumentou 12,8% em termos acumulados, enquanto a renda dos mais pobres cresceu notáveis 69,08% no período. [...] A fim de sintetizar melhor as mudanças observadas, restringimos a análise que se segue aos 50% mais pobres e aos 10% mais ricos. Os primeiros detêm, por definição, a metade mais pobre da população, enquanto os segundos, no auge da desigualdade, detinham quase metade do bolo tupiniquim. As respectivas taxas acumuladas de crescimento da renda real per capita foram de 52,59% e 12,8%, respectivamente. Isso indica que o bolo da metade mais pobre da população brasileira cresceu a uma taxa 318% mais alta que a dos 10% mais ricos entre 2001 e 2009. Esta é a medida intuitiva da evolução da desigualdade nesses oito anos. (NERI, 2011, p. 25)

Para completar a década em análise, Neri (2011, p. 25) utiliza-se da PME/IBGE e conclui que a “taxa acumulada de crescimento na década passada [foi] de 10,03% para os 10% mais ricos e 67,93% para os 50% mais pobres. Ou seja, a taxa de crescimento da metade inferior foi 557% mais alta que a dos 10% mais ricos”. Assim, a tese se embasa nestas medidas de redução da desigualdade, demonstrando, conforme assevera o autor, que no período em análise houve crescimento econômico acompanhado de maior equidade.

Aponta que a pobreza também decaiu e que o número de pobres, tomando como referência o valor de R\$ 151,00 mensais – delimitado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) – decresceu na taxa acumulada de 54,18% entre 2003 e 2011. A alteração nos números da “classe E” refletiu-se na “classe C”, que passou a aumentar como reflexo das mudanças nos estratos inferiores. Em seu livro, publicado em 2011, afirma que o número de pessoas ingressantes nas fileiras da classe C era de 39,6 milhões, pois considerou o período de 2003 a 2001. Já em seu artigo mais recente, intitulado *Social e Renda: A Classe Média Brasileira*, publicado em 2014, indica que este contingente aumentou, e o número de ingressantes seria de 44,7 milhões entre 2003 e 2013, ou seja, houve uma continuidade no processo de ascensão (2011, p. 27).

Acompanhando este processo, o estrato AB, que estaria no topo da pirâmide, também aumentou, atingindo a maior ascensão social da estratificação social brasileira, com incremento de 39,6% no período entre 2003 e 2009. Contudo, apesar deste aumento,

Os 105,5 milhões de brasileiros que estão na nova classe média correspondem a 55,05% da população [...] [Isto significa que] a nova classe média também é a classe dominante, do ponto de vista econômico, pois já concentrava 46,6% do total do poder de compra dos brasileiros em 2011, superando as classes A e B, estas com 45,6% do total do poder de compra. As demais classes D e E tem hoje 7,8% do poder de compra, caindo do nível de 19,79% logo antes do lançamento do Plano Real. (NERI, 2011, p. 29)

A metodologia utilizada por Neri (2011, p. 77) para medir os estratos sociais se baseia, conforme já indicado, na literatura de pobreza e bem-estar social, lastreada na renda domiciliar *per capita*. A presente abordagem se debruça sobre três publicações de Marcelo Neri: *A Nova Classe Média*, de 2008, *A Nova Classe Média, o lado brilhante da pirâmide*, de 2012, e *Social e Renda: A Classe Média Brasileira*, de 2014. Estas publicações, de modo geral, são repetitivas, porém identificam-se algumas diferenças tanto nos resultados como nas metodologias, conforme se indica.

Na literatura adotada, a família é tratada como unidade básica de observação e a renda, o ponto de apoio fundamental. Além desta, o potencial de consumo também figura na mensuração, tomado sob a ótica do Critério Brasil o qual “estima os pesos, com base em uma equação clássica minceriana<sup>10</sup> de renda, e classifica as pessoas por faixas de pontos, usando características mais permanentes que a renda corrente.” (IDEM, p. 78).

A geração da renda, nos termos de Neri, não é medida apenas pelo potencial de consumo, mas também pela escolaridade do chefe do domicílio, como expressão da capacidade de manutenção de ganhos auferidos a longo prazo. Portanto, Neri quantifica tanto o “lado do produtor” – aquele que gera renda – usando a métrica da renda quanto o “lado do consumidor”, usando a equação minceriana, integrada às demais características citadas acima. O último critério está relacionado à expectativa e atitude das pessoas em relação ao futuro, avaliado pelo Índice de Felicidade Futura (IFF) desenvolvido por Neri a partir dos microdados do Gallup World Poll (IDEM).

---

10 Conforme indica Neri (2011, p. 01) em documento da FGV: “O modelo salarial de Jacob Mincer's (1974) é o arcabouço utilizado para estimar retornos à educação, retornos à qualidade da educação, retornos à experiência, entre outros. Mincer concebeu uma equação para rendimentos que seria dependente de fatores explicativos associados à escolaridade e à experiência, além de possivelmente outros atributos, como sexo, por exemplo. Identificando custos de educação e rendimentos do trabalho de modo, viabilizou o cálculo da taxa interna de retorno da educação, que é a taxa de desconto que equaliza o custo e o ganho esperado de se investir em educação.”

A fim de definir os critérios de renda, Neri (2011, p. 81) parte de três pressupostos: 1) consoante já mencionado: é a família, e não os indivíduos, a unidade de análise; 2) é mensurada a renda *per capita* e não a renda total das famílias; e 3) não são utilizadas faixas de salário-mínimo, comum neste tipo de abordagem, porque “o uso do salário mínimo falha em manter constante o poder de compra” e, em geral, “não vem acompanhado de diferenciadores do custo de vida regional”.

A mensuração parte de um recorte arbitrário na distribuição das rendas familiares. O intervalo estabelecido para a classe média, ou classe C, vai da mediana (o valor que serve para seccionar a população em igual número de indivíduos, formando dois grupos iguais, cada 50% com os resultados superiores e inferiores) até o início do último decil, ou seja, os 10% mais ricos. Assim, a classe C, a intermediária no corte estatístico, corresponde ao intervalo de 40% da “pirâmide”, ficando entre a Bélgica (estrato AB) e a Índia (estrato DE), correspondendo à “Belíndia” – termo criado por Edmar Bacha.

Para quantificar as faixas de renda, Neri utiliza a metodologia da renda absoluta, a qual fixa parâmetros a partir de um ano base e estendendo-os para todo o período analisado. A fixação das rendas absolutas tem como ano base 2002 e, a fim de aprimorar esta medição, é empregada a estratégia proposta por Esteban, Gradin e Ray (EGR) que dirime as distâncias de renda internas presentes em cada estrato, e aumenta a separação entre grupos distintos. Esta medida de polarização reforça o valor arbitrado para cada estrato. Importa ressaltar que as pesquisas utilizadas abrangem apenas áreas metropolitanas e a classificação está restrita ao grupo em idade ativa de 15 a 60 anos.

**Tabela 1: Definição das classes econômicas**

**Renda domiciliar total de todas as fontes**

**Limites (Preços de 2014)**

<u>Classes Econômicas</u>	<u>Inferior</u>	<u>Superior</u>
Classe E	0	R\$1254,00
Classe D	R\$1254,00	R\$2.004,00
Classe C	R\$2.004,00	R\$8.640,00
Classe B	R\$8.640,00	R\$11.261,00
<u>Classes Econômicas</u>	<u>Inferior</u>	<u>Superior</u>
Classe A	R\$11.261,00	-

Fonte: NERI, 2014, p. 21

Esta ascensão social, além de crédito ao consumidor e benefícios sociais, está ligada, sobretudo, ao emprego formalizado. “A expansão do emprego formal (carteira de trabalho) é o símbolo mais potente da ascensão social como um ato consumado, mais do que apenas um objeto de desejo platônico” (IDEM, p. 45). Já o pequeno empreendedorismo, segundo nos informa Neri, encontraria muitas dificuldades para se desenvolver e, portanto, não figura como principal protagonista do processo.

Souza e Lamounier (2010, p. 01) igualmente identificam a ascensão de uma nova classe média no Brasil, estimando que “400 milhões de pessoas pertençam a essa nova “classe média global”, e projeta-se que outros 2 bilhões se incorporarão a ela até 2030.” Percutindo critérios objetivos e subjetivos, para constituir o conceito de classes sociais, os autores indicam (IDEM, p. 14-17) educação, renda, consumo e ocupação para os primeiros, e a identidade de classe para os segundos. Enquanto a renda determinaria, a partir dos ganhos auferidos, a classe que os indivíduos pertenceriam, o consumo, na mesma lógica, está associado à “posse de bens duráveis (carro, televisão em cores, rádio, videocassete ou DVD, máquina de lavar roupa, geladeira e freezer), ao número de banheiros e à quantidade de empregadas domésticas e pelo grau de instrução do chefe de família”, critérios de classificação econômica utilizados pela Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa.

Quanto ao critério subjetivo, os autores consideram a ideia de valores, atitudes, crenças e estilo de vida, “sem atribuir-lhe o rigor da ideia de ‘consciência de classe’” (LAMOUNIER e SOUZA, 2010, p. 16). Acresce que os autores partem da concepção de classe média de Alan Wolfe<sup>11</sup> para quem este “status” envolve uma mentalidade concebida como “moralidade de classe média”, a qual diz respeito ao controle de seus destinos econômicos, buscando viver segundo princípios de responsabilidade individual e centralidade e importância da família (WOLFE apud LAMOUNIER e SOUZA, 2010, p. 17).

Passemos, agora, às análises dos autores críticos à tese da NCM, os quais não apenas problematizam os critérios utilizados por seus defensores, como buscam perscrutar novas metodologias de avaliação do fenômeno de ascensão.

---

11 A obra do autor a que se referem é *One Nation, After All*, da editora Penguin Books, lançado em 1999.

### *Sociologia da Ocupação e critério de renda.*

Os métodos e conclusões subjacentes à tese da NCM pressupõem que a renda é o critério central para se identificar classes sociais, ainda que compreendidas enquanto estratificações. Segundo assinala André Salata (2012, p. 2), esta forma de delimitar classes surge dos estudos na área econômica, cujos debates giram em torno das maneiras – relativa ou absoluta - com que se deve abordar a “variável” renda. Dentre os autores citados por Salata, dois se destacam: Thurow e Ravallion.

Com efeito, o interesse na classe média ocorre pelo fato dela ser tomada como uma força estabilizadora entre os extremos sociais, capaz de cimentar as bases de “democracias saudáveis”. Contudo, há uma grande arbitrariedade nas definições classificatórias, principalmente quando se transpõem métodos econométricos elaborados para países desenvolvidos aos países periféricos, cujas determinações históricas, sociais e econômicas são radicalmente distintas.<sup>12 13</sup>

Na perspectiva da literatura sociológica (SALATA e SCALON, 2012) de estratificação tanto sob inspiração weberiana – como Wright Mills e John Goldthorpe – como neomarxista – como do marxista analítico Erik Olin Wright – os rendimentos auferidos pelos indivíduos são apenas uma parte da análise, pela própria incapacidade dessa variável em traduzir, por si, suas origens. Neste viés sociológico a situação ocupacional torna-se o “componente causal” mais importante na articulação entre classe, desigualdade e emprego, pelo potencial de influência sobre saúde, educação, mortalidade, entre outros (SALATA, 2012, p. 10).

---

<sup>12</sup> Numa pequena alusão, Neri destaca que a ascensão social é como realizar o “sonho americano” no país, embora o próprio autor destaque que os padrões da classe média americana (que comporta dois carros na garagem, por exemplo) em nada se assemelham ao da classe média brasileira e menos ainda à nova classe média. Mesmo dentro de uma mesma realidade nacional, a arbitrariedade de seu método de medição (tomar a mediana até o nono decil) não é capaz de expressar as contrariedades sociais, ainda que existam variações no grau de desigualdade.

<sup>13</sup> Neste sentido Amartya Sen (2001, p. 131), um dos representantes do social-liberalismo, assim coloca: “Se há motivos de queixa, ele reside sobretudo na importância relativa que se atribui, em boa parte dos trabalhos de economistas, à desigualdade em uma esfera muito restrita, a esfera da *desigualdade de renda*. Essa limitação tem o efeito de contribuir para que se negligenciem outros modos de ver a desigualdade e a equidade, modos que influenciam de maneira muito mais abrangente a elaboração das políticas econômicas. Os debates sobre políticas realmente têm sido distorcidos pela ênfase excessiva dada à pobreza e à desigualdade medidas pela renda, em detrimento das privações relacionadas a outras variáveis como desemprego, doença, baixo nível de instrução e exclusão social. Lamentavelmente, a identificação de desigualdade econômica com desigualdade de renda é muito comum em economia, e as duas muitas vezes são efetivamente consideradas a mesma coisa.”

Para Salata e Scalon, há uma grande complexidade na definição de um aporte conceitual acerca da classe média, principalmente no escopo das teorias de Marx e Weber, os teóricos “de base” das classes sociais. Para eles, o debate tende a se desenvolver mais no terreno weberiano, dada a limitação da teoria marxista em lidar com essa classe, pois “está calcada basicamente na ideia de relações de produção e divide a estrutura em duas grandes classes de oposição” (SCALON, 1998, p. 17).<sup>14</sup>

Na esteira de Wright e Goldthorpe, Salata e Scalon buscam critérios de classificação para além da renda. Enquanto Goldthorpe atribui à classe média o conceito de *service class*, a qual se distingue da classe trabalhadora por possuir uma regulação de emprego constituída em bases distintas do *labour contract* – seu emprego e remuneração seriam mais estáveis e não ligados diretamente à produção – Wright constitui a classificação de classe por meio de diferentes ativos – meios de produção, habilidades e organização – dentre os quais a classe média se caracterizaria por ocupar posições contraditórias em relação aos diferentes ativos. “Não seriam proprietárias dos meios de produção (com exceção dos pequenos empregadores), mas possuiriam habilidades e/ou estariam em posição privilegiada no que se refere à organização” (IDEM).

Partindo, sobretudo, das contribuições de Goldthorpe, Scalon e Salata fazem uso da classificação desenvolvida por Erikson, Goldthorpe e Portocarero, construída a partir de informações ocupacionais, com o objetivo de “diferenciar posições dentro do mercado de trabalho e das unidades produtivas” (ERIKSON, GOLDTHORPE e PORTOCARETO, 1979, p. 37). Assim, são diferenciadas 6 classes distintas que vão desde o *labor contract* – trabalhadores manuais e não manuais de baixo *status* – até o *service relationship*, membros das classes média mais alta. Buscando essas classificações no Brasil, a partir de dados da PNAD de 2002 e 2009, os autores apresentam a tabela abaixo:

---

<sup>14</sup> Uma das grandes dificuldades, principalmente dentro do campo marxista, para lidar com as chamadas novas classes médias, é o fato de seus integrantes não serem proprietários, mas ao mesmo tempo administrarem os negócios, fazerem trabalhos não manuais, supervisionarem os trabalhadores ou possuírem habilidades e *status* que os distinguem dos demais não proprietários. A teoria Weberiana, ao possibilitar que outros fatores além da propriedade delimitem as classes, parece mais adequada para a compreensão dessas camadas intermediárias. (SALATA e SCALON, 2012, p. 3)

**Tabela 2 – Presença Relativa e Absoluta das Composições Sócio-Ocupacionais (EGP) no Brasil (2002-2009) para indivíduos do sexo masculino, entre 24 e 60 anos de idade.**

EGP (6 classes)	Ano de referência			
	2002		2009	
	n.	%	n.	%
Profissionais e Administradores	2835632	8,7	3461407	9,0
Trabalhadores não manuais de rotina	4269793	13,1	5863331	15,2
Pequenos proprietários	2986857	9,1	3024758	7,8
Trabalhadores manuais qualificados	7552212	23,1	9296971	24,1
Trabalhadores não qualificados	8621318	26,4	10410875	26,9
Rural	6402854	19,6	6594503	17,1
Total	32668666	100,0	38651845	100,0

Fonte: PNADS, 2002, 2009/IBGE (extraído de SALATA e SCALON, 2012, p. 6)

Não transparecem, nestes dados modificações substantivas. Entretanto para destacar as mudanças dentro da classe média, elaboram a tabela a seguir:

**Tabela 3 – Composição da Classe Média Brasileira (2002-2009) para indivíduos do sexo masculino, entre 24 e 60 anos de idade.**

Classe(s) Média(s)	Ano de Referência	
	2002	2009
	%	%
Profissionais e Administradores	28,1	28,0
Trabalhadores não manuais de rotina	42,3	47,5
Pequenos Proprietários	29,6	24,5
Total	100	100

Fonte: PNADS, 2002, 2009/IBGE (extraído de SALATA e SCALON, 2012, p. 6)

Esta tabela indica que aumentou a proporção da classe média assalariada no interior da composição e, a despeito do empenho neoempreendedor, houve queda na taxa de pequenos proprietários. Assim, é possível perceber que utilizando apenas o critério de renda ocorre um crescimento substantivo na classe média nos últimos anos. Entretanto, segundo critérios de ocupação e posição no mercado de trabalho, propostos pela sociologia do trabalho, há poucas mudanças na composição das classes. Salata e Scalon aprofundam a análise por indicadores de renda, escolaridade, raça e consumo. Reproduziremos, no espaço que cabe a este trabalho, apenas o indicador de renda, para se

ter outro parâmetro de análise quando se relaciona a variável de rentabilidade à composição sócio-ocupacional.

**Tabela 4 – Média da Renda por Composição Sócio-Ocupacional (EGP) no Brasil (2002-2009) para indivíduos do sexo masculino, entre 24 e 60 anos de idade.**

EGP (6 classes)	Ano	Renda		
		Média	Var.%	Desvio-padrão
Profissionais e Administradores	2002	3522,9	2,7	3605,1
	2009	3616,4		7129,4
Trabalhadores não manuais de rotina	2002	1317,8	1,6	1507,1
	2009	1339,2		1471,0
Pequenos Proprietários	2002	2349,5	4,2	3474,4
	2009	2448,4		3983,7
Trabalhadores não qualificados	2002	817,7	9,8	821,2
	2009	897,6		863,3
Rural	2002	508,5	15,0	1381,0
	2009	585,0		1134,3

Fonte: PNADS, 2002, 2009/IBGE (extraído de SALATA e SCALON, 2012, p. 7)

Extrai-se desta tabela que, apesar do aumento sócio-ocupacional verificado no setor assalariado das classes médias, os maiores beneficiados em termos de rendimentos no espaço urbano foram os trabalhadores manuais qualificados, ou seja, da classe mais próxima da base da estrutura social brasileira. O que se verifica dos dados apresentados, é que houve uma expansão do mercado de trabalho e crescimento da renda no Brasil, principalmente na classe trabalhadora, a qual, e sobretudo por questão de renda, estaria se aproximando dos setores mais baixos das classes médias.

Embora com resultados um tanto distintos, os autores Waldir Quadros, Denis Gimenez e Davi Antunes, no artigo intitulado *Afinal, somos um país de classe média? Mercado de trabalho, renda e transformações sociais no Brasil dos anos 2000* também procuram compreender as modificações dos padrões de vida através de ocupações típicas, utilizando dados do IBGE. Baseiam-se, fundamentalmente, na obra teórica de Wright Mill, sociólogo americano cuja obra *A nova classe média* perscruta a mudança na sociedade norte-americana ocorrida a partir do final do século XIX, na qual a classe média tradicional transformava-se, cada vez mais, nos chamados *colarinhos brancos*, ou seja, trabalhadores assalariados não-manuais.



Deste modo, adotando 5 estratos sociais distintos, os autores concluem que houve redução expressiva de pessoas em situação de miserabilidade com o concomitante incremento da massa trabalhadora e, sobretudo, da baixa classe média, sem aumentos significativos na média e alta classe média, conforme indicado na tabela 7 a seguir:

**Tabela 5 – Brasil, Pessoas ocupadas, 2000-2010**

Estratos Sociais	2000		2010	
	Nº Pessoas (mil)	%	Nº Pessoas (mil)	%
Alta Classe Média	4.803	7,3	6.396	7,4
Média Classe Média	6.215	9,5	9.223	10,7
Baixa Classe Média	16.486	25,1	31.246	36,9
Massa Trabalhadora	18.214	27,8	26.649	30,9
Miseráveis	19.912	30,3	12.840	14,9
Total	65.630	100	86.354	100

Fonte: IBGE (extraído de ANTUNES, GIMENEZ e QUADROS, 2013, p. 32)

Com base na tabela acima, concluem que as doutrinas de focalização na miséria, recomendadas pelo Banco Mundial desde a década de 1990, bem como pelas “instituições oficiais”, produziram estratificações com linhas de corte baixa e uma classe média superdimensionada. É assim que 64% das empregadas domésticas e 54% dos chefes de família sem escolaridade ou com fundamental incompleto tornaram-se classe média (IDEM, p. 36).

Por fim, Guilherme Sobrinho, no seu artigo “*Classe C e sua alardeada ascensão: nova? Classe? Média?*” sublinha a limitação do critério metodológico empregado na tese da NCM por sequer alcançar o valor do salário mínimo estimado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE). Quando do lançamento do primeiro documento pela FGV, em 2008, estabelecendo o valor *per capita* máximo de R\$ 1.064,00, a preços de abril daquele ano, o DIEESE recomendava o valor de R\$ 2.194,76 para aquele mês (SOBRINHO, 2011, P. 75). Atualizando, mesmo para o cálculo de 2014, com renda *per capita* máxima de aproximadamente R\$ 2.618,18<sup>15</sup>, a preços de janeiro, igualmente não alcançou o mínimo recomendado de R\$ 2.748,22<sup>16</sup>.

15 O cálculo da renda *per capita* foi feito dividindo o valor de renda domiciliar total de R\$ 8.640,00 por 3,3 que é a média de moradores por domicílio.

16 A atualização e os critérios utilizados pelo DIEESE podem ser acessados por meio deste link: <http://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>

Sobrinho (IDEM, p. 72-73) assinala uma dupla vertente analítica subjacente ao conceito de classe social da NCM. O primeiro alinhamento analítico é o individualismo metodológico, sustentado numa perspectiva comportamental e subjetiva. A classe, assim, perde qualquer sentido estrutural, seja em relação à produção ou à situação de mercado, para diluir-se em “sonhos” e “anseios” pessoais, como expressa na afirmação de Neri (2008, p. 23): “Esta mobilidade estrutural social-ascendente seria algo como realizar o similar em cada país do chamado ‘sonho americano’, da possibilidade de ascensão social”.

Assim, e isso se conecta com a segunda vertente analítica, há uma adesão à teoria do *status*, a qual não apenas desconhece qualquer fronteira de classes – bem como qualquer sentido conflituoso que sustente suas existências – como articula “recompensas com a ideia de realização”. Celi Scalon (1998, p. 5) assinala, neste sentido, que

A sociologia norte-americana privilegiou o *status* ocupacional, as possibilidades de aquisição e realização de *status* (*status achievement*) e a hierarquização das ocupações segundo seu grau de institucionalização e manutenção de valores da sociedade, sobre as teorias de classe, sejam marxistas ou weberianas. De forma simplificada, pode-se distinguir classe e *status* reconhecendo que classe está vinculada ao acesso a recompensas materiais que se refletem nas oportunidades de vida, enquanto *status* está relacionado ao acesso a recompensas simbólicas que se concretizam em diferenciais de estilos de vida. Cabe ressaltar que esses conceitos estão intrinsecamente relacionados na empiria, apesar dos esforços sociológicos em propagar a superioridade de um sobre o outro. Bens simbólicos e materiais operam na realidade dentro de uma correlação direta e significativa.

Sobrinho chega a essa crítica através da análise do Critério Brasil, utilizado por Neri para mensurar o potencial de consumo e a capacidade em mantê-lo a longo prazo. O Critério Brasil é uma pesquisa com critérios de classificação sócioeconômica que resultou da unificação de três instituições empresariais<sup>17</sup>, cujo objetivo é sistematizar e estimar a capacidade de consumo dos indivíduos no mercado, sem a “pretensão de

---

17 Sobrinho (2011, p. 73) afirma: “Num documento de 2007, a Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP) apresenta um histórico dos “critérios de classificação sócio-econômica no Brasil”. Até 1969, afirma-se, cada instituto de pesquisa criava seu próprio critério. Em 1970, foi a Associação Brasileira de Anunciantes (ABA) que estabeleceu uma classificação de quatro níveis, com base em “posse de bens (oito itens), presença de empregada e grau de instrução do chefe da família”. Quatro anos depois, as quatro classes foram desdobradas em oito. Em 1976, criou-se a Associação Brasileira de Institutos de Pesquisa de Mercado (Abipeme), que se agregou à ABA para uma revisão dos critérios, a qual consagra uma divisão em cinco classes. Posteriormente, ocorreu a constituição da Associação Nacional de Empresas de Pesquisa (ANEP), que teve como efeito esvaziar a Abipeme, dando origem a uma duplicidade de critérios, configurada em 1991, sendo que, dessa vez, a associação dos anunciantes integrou-se à nova entidade das empresas de pesquisa. Em 1997, enfim, unificaram-se as três instituições, na elaboração do Critério Brasil – revisto, a seguir, em 2002 e 2005-06 (ABEP, 2007)”.

atribuir a ele qualquer caráter sociológico” (ABEP apud Sobrinho, 2011, p. 73). O uso deste critério, portanto, está calcado no campo pragmático e utilitarista de constituição de mercados consumidores.

Assentada a crítica da sociologia da ocupação, passar-se-á à abordagem crítica de Márcio Pochmann, a partir de uma perspectiva histórico-econômica.

#### *Márcio Pochmann e o mito da Classe Média*

Márcio Pochmann em suas obras recentes *Nova Classe Média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira* e *O mito da grande classe média: capitalismo e estrutura social* questiona a existência e ampliação da classe média não apenas no Brasil, mas também no âmbito internacional. Com efeito, refuta os parâmetros superficiais de rendimento sem qualquer sentido estrutural – pelo que aponta tão somente uma reconfiguração da classe trabalhadora - e denuncia o caráter instrumental à lógica mercantil implícito na tese da NCM, cujas consequências políticas redundam na aquisição de direitos via consumo e não através da atuação dos serviços públicos estatais. Afirma:

Em síntese: entende-se que não se trata da emergência de uma nova classe – muito menos de uma classe média. O que há, de fato, é uma orientação alienante sem fim, orquestrada para o seqüestro do debate sobre a natureza e a dinâmica das mudanças econômicas e sociais, incapaz de permitir a politização classista do fenômeno de transformação da estrutura social e sua comparação com outros períodos dinâmicos do Brasil. O mesmo parece se repetir em outras dimensões geográficas do globo terrestre, sobretudo na periferia do capitalismo, conforme o interesse de instituições multilaterais (como o Banco Mundial, entre outras) em difundir os êxitos da globalização neoliberal. (POCHMANN, 2012, p. 8)

Em breve revisão do processo sócioeconômico nacional, Pochmann aponta que uma das principais características do capitalismo dependente brasileiro foi a passagem da sociedade agrária para a urbano-industrial sem, no entanto, incorporar a grande massa de trabalhadores advindos da condição rural em postos de trabalho qualificados e com bons salários. Mesmo com a transição do trabalho escravo para o trabalho livre, resultante da superação dialética do antigo sistema colonial pelo processo de desenvolvimento do capitalismo subdesenvolvido, não houve quebras no paradigma do trabalho de natureza servil, permanecendo predominante na base da pirâmide social brasileira. (POCHMANN, 2012, p. 23).

Após os anos 30, o país passou a experimentar um processo de industrialização nacional, com enorme fluxo migratório nas grandes cidades, houve um grande

contingente de mão de obra que não pode ser absorvido. Foi assim que os postos de trabalho informais passaram a ser significativos, com remunerações geralmente inferiores ao trabalho formal. Nos anos 80, o abandono do projeto desenvolvimentista nacional arrefeceu o dinamismo nas atividades produtivas, resultando na incapacidade de ampliar os postos de emprego na mesma proporção que a população economicamente ativa exigia. Como consequência, houve uma ampliação ainda maior de mão de obra remanescente (IDEM, p. 24).

Na virada para o século XXI, segundo assinala Pochmann, houve expressivas transformações, assinalando tendências opostas quanto ao comportamento das rendas do trabalho e da propriedade no Brasil. Elas podem ser identificadas, primeiramente, nos nove anos que transcorreram entre 1995 e 2004, onde a renda do trabalho perdeu 9% de seu peso relativo na renda nacional, enquanto a renda da propriedade cresceu 12,3%. Em segundo momento, iniciado em 2004 e identificado até 2010, a participação dos salários aumentou na renda nacional, subindo para 10,3%, decaindo a renda da propriedade para 12,8%. Além disso, observou-se uma redução do grau de desigualdade na distribuição pessoal da renda do trabalho em 10,7% (IDEM, p. 10).

Esse movimento está imediatamente ligado à retomada do crescimento econômico do país após duas décadas de regressão neoliberal. Conectado com as tendências apontadas anteriormente, o mercado de trabalho cresceu como fruto da expansão do setor de serviços, “o que significou a difusão de nove em cada grupo de dez novas ocupações com remuneração de até 1,5 salário mínimo mensal” (IDEM). Ademais, as políticas direcionadas à base da pirâmide social brasileira, com transferências de renda e elevação do valor real do salário mínimo, fortaleceram, deste modo, as classes populares assentadas no trabalho. O autor afirma:

Durante a década de 2000, o setor terciário gerou 2,3 vezes mais empregos do que o setor secundário, ao passo que, na década de 1970, o setor terciário gerava somente 30% mais postos de trabalho do que o setor secundário da economia nacional. No setor primário, a diminuição nos postos de trabalho no primeiro decênio do século XXI chega a ser nove vezes maior do que a verificada na década de 1970. (IDEM, p. 70)

Esse alargamento dos postos de trabalho de remuneração baixa foi responsável, segundo Pochmann, pela absorção da mão de obra excedente gerada anteriormente pelos anos neoliberais.

Mesmo com o contido nível educacional e a limitada experiência profissional, as novas ocupações de serviços, absorvedoras de enormes massas humanas

resgatadas da condição de pobreza, permitem inegável ascensão social embora ainda distante de qualquer configuração que não a da classe trabalhadora. (IDEM)

Nos últimos 40 anos, a maior expansão de ocupações ocorreu justamente no primeiro decênio do século XXI. A maioria dos postos de trabalho está concentrada na base da pirâmide social, sendo que 95% das vagas abertas possuem remuneração mensal de até 1,5 salário mínimo, significando 2 milhões de ocupações abertas ao ano.

Com isso, uma parcela considerável da força de trabalho conseguiu superar a condição de pobreza, transitando para o nível inferior da estrutura ocupacional de baixa remuneração; embora não seja mais pobre tampouco pode ser considerada de classe média. Esta, por sinal, praticamente não sofreu alteração considerável, pois se manteve estacionada na faixa de um terço dos brasileiros, ao passo que os trabalhadores de salário de base aumentaram sua participação relativa de menos de 27%, em 1995, para 46,3% em 2009. Na condição de pobreza, a queda foi significativa: de 37,2% para 7,2% no mesmo período. (IDEM, p. 21)

Apesar do aparente otimismo que estas constatações ensejam, é importante ressaltar que os postos de trabalho gerados são de tipo precário e em sua maioria temporários.

Em conformidade com a literatura internacional, esse segmento social deveria ser mais bem considerado na categoria analítica de *working poor* (trabalhadores pobres), pois se trata fundamentalmente de ocupados de salário de base. A sua presença, em maior ou menor expressão, revela o padrão de trabalho existente e, conseqüentemente, o modelo de expansão macroeconômica do país. Na maior parte dos casos, a categoria *working poor* trata das ocupações que estão no entorno do salário mínimo oficial, cujo valor real determina a presença de trabalhadores pobres e sua relação com o nível de consumo. (IDEM, p. 30)

Dos dados identificados por Pochmann acerca desse novo segmento, dois chamam especial atenção: a protagonização, ainda que em maior porcentagem que na década anterior, de empregos de baixa remuneração - segundo o IBGE/PNAD 47,8% da composição ocupacional em 2009 correspondia a remunerações de até um salário mínimo e meio - e a recuperação do emprego formal - segundo o mesmo estudo, 43,9% das ocupações para trabalhadores de salário de base em 2009 correspondiam a empregos com carteira assinada, contra 37,1% em 1999.

Em síntese, onde Marcelo Neri identifica a emergência de uma nova classe média, Pochmann identifica o crescimento da classe trabalhadora assalariada, a qual, apesar de uma ligeira recuperação da renda, compõe-se de trabalhadores pobres, fundamentalmente ocupados com salário de base. É um segmento que emerge de forma despolitizada,

porque fora de entidades representativas, orientado por uma ideologia liberal individualista e, portanto, longe de projetos universalizantes de direitos e serviços.

Outra interpretação que surgiu no cenário é aquela dada por Jessé Souza lastreado pela teoria de Bourdieu.

### *Jessé Souza e os Batalhadores Brasileiros*

Jessé Souza (2012), em sua obra *Os Batalhadores Brasileiros: Nova classe média ou nova classe trabalhadora?*, parte do aporte conceitual weberiano e bourdieusiano, articulando principalmente os conceitos de capital econômico e cultural. Afirmando a limitação economicista do conceito de classes sociais tanto das concepções de liberais – redução da classe à renda e ao consumo –, como marxistas tradicionais – vinculá-la a um lugar da produção e daí derivar uma “consciência de classe –, Jessé lança mão de Bourdieu, cujos desdobramentos teóricos articulam ação do capital econômico sobre o cultural<sup>18</sup> e simbólico. Para ele, a maior limitação do economicismo liberal ou marxista “reside em literalmente *não ver o mais importante, que é a transferência de valores imateriais* na reprodução das classes sociais e seus privilégios no tempo.” (SOUZA, 2012, p. 23).

Deste modo, para ele, a incorporação do capital cultural, e seus elementos pré-reflexivos – ou seja, sem mediação da consciência –, é importante para compreender a classe média na medida em que a reprodução de seus privilégios depende, sobretudo, dele, dado que tem menos capital econômico na luta pelos recursos sociais escassos que a classe alta. Jessé (SOUZA, 2013, p. 59) destaca alguns sentidos principais no processo de reprodução das classes médias. O primeiro é o conjunto de processos e relações – como a incorporação do trabalho das classes baixas no ambiente doméstico a fim de liberar o tempo dos filhos das classes médias e altas para o estudo e o exercício de concentração ou o poder da experiência mimética do exemplo no interior do núcleo familiar na incorporação do capital cultural<sup>19</sup> – que aparecem como “mérito individual”,

---

<sup>18</sup> “Para além do capital econômico, uma das maiores descobertas de Bourdieu para a ciência social crítica foi a descoberta da importância do capital cultural. Capital cultural para Bourdieu é tudo aquilo que logramos “aprender” e não apenas os títulos escolares. A cegueira de toda forma de economicismo, para mim, reside no fato de não perceber que a faceta mais importante do capital cultural é o fato de ele ser uma “in- corporação”, literalmente, “tomar-se corpo”, de toda uma forma de se comportar e agir no mundo, o qual é compreendida por todos de modo inarticulado e não refletido. (SOUZA, 2013, p. 58)

<sup>19</sup> Afirmo Jessé (2012, p. 24): “Essa classe social, ao contrário da classe alta, se reproduz pela transmissão afetiva, invisível, imperceptível porque cotidiana e dentro do universo privado da casa, das precondições

transformando os indivíduos desta classe em “vencedores” ante as classes baixas, antes mesmo de ocuparem e garantirem seu lugar no mercado de trabalho.

Por outro lado, há uma amalgama de gostos e estilos de vida que se integram na conjunção da reprodução de classe, junto com o “capital social de relações pessoais”, o qual opera na composição dos interesses e afetos, ou seja, na origem e reprodução das alianças de casamento e amizades imprescindíveis para a manutenção dos direitos de propriedade (IDEM). Conforme assinala:

Ainda que “classe média” seja um conceito vago (e, exatamente por conta disso, excelente para todo tipo de ilusão e violência simbólica que se passa por “ciência”), ela implica, em todos os casos, um componente “expressivo” importante, e, conseqüentemente, uma preocupação com a “distinção social”, ou seja, com um estilo de vida em todas as dimensões que permita afastá-la dos setores populares e aproximá-la das classes dominantes. (SOUZA, 2012, p. 47)

Ao identificar o setor emergente, que constitui em verdade uma nova classe trabalhadora, com a classe média, opera-se uma falsa universalização das condições próprias desta classe, encobrendo os processos de dominação e opressão que estão na raiz da reprodução da classe trabalhadora. Ao estender tal percepção ao conjunto das classes sociais subalternas, imputam-lhes os valores da meritocracia e do individualismo de modo que as condições econômicas e culturais que impedem a sua ascensão são tomadas como fracasso e desmérito individuais (IDEM, p. 24).

Assim, através de uma série de pesquisas de campo, que incluem entrevistas de diversos membros dessa nova classe trabalhadora, a quem Jessé e sua equipe chamam de Batalhadores, são identificados o perfil, a economia política e a religião dos batalhadores brasileiros. Antes, porém, Jessé apresenta sua tese acerca da gênese dos batalhadores no Brasil, conectando-a com transformações recentes do capitalismo financeiro e a dissolução da velha classe trabalhadora forjada no fordismo.

---

que irão permitir aos filhos dessa classe competir, com chances de sucesso, na aquisição e reprodução de capital cultural. O filho ou filha da classe média se acostuma, desde tenra idade, a ver o pai lendo jornal, a mãe lendo um romance, o tio falando inglês fluente, o irmão mais velho ensinando os segredos do computador, brincando com os jogos. O processo de identificação afetiva – imitar aquilo ou a quem se ama – se dá de modo “natural” e “pré-reflexivo”, sem a mediação da consciência, como quem respira ou anda, e é isso que o torna tanto invisível quanto extremamente eficaz como legitimação do privilégio. Apesar de invisível, esse processo de identificação emocional e afetiva já envolve uma extraordinária vantagem na competição social, seja na escola, seja no mercado de trabalho, em relação às classes desfavorecidas. Afinal, tanto a escola quanto o mercado de trabalho irão pressupor a “in-corporação” (literalmente torna “corpo”, ou seja, natural e automático) das mesmas disposições para o aprendizado e para a concentração e disciplina que são “aprendidos”, pelos filhos dessas classes privilegiadas, ainda que com grande esforço, por identificação afetiva com os pais e seu círculo social.”

No capitalismo flexível, desdobramento do taylorismo pós-fordista, a relação entre capital e trabalho implicou uma reconfiguração do padrão de controle e disciplina do trabalho. Nesta nova fase, os métodos de controle foram substituídos pela “auto-organização comunicativa dos trabalhadores através de redes de fluxo interconectados e descentralizados” produzindo um novo trabalhador “desenraizado, sem identidade de classe e sem vínculos de pertencimento à sociedade maior” (IDEM, p. 37).

Assistiu-se, assim, a consolidação de um “novo espírito do capitalismo” onde os ideais de liberdade e expressividade dos movimentos contestatórios dos anos 60 foram absorvidos pela própria lógica de reprodução capitalista. No Brasil a formação da “nova classe média” está ligada à recepção no capitalismo financeiro em âmbito nacional.

É dentro deste conjunto de mudanças que se observa a conformação dos batalhadores. O que os distingue da “ralé”, classe social inferior a eles, é que de alguma maneira conseguiram incorporar a tríade disciplina, autocontrole e pensamento prospectivo, pré-condições necessárias no capitalismo moderno para o trabalho no mercado competitivo. A ralé, ao contrário, é incapaz de adquirir estes aspectos sendo reduzido à mera força muscular.<sup>20</sup> Assim, a investigação de Jessé procura delimitar as fronteiras que separam os batalhadores tanto da ralé, por um lado, como da classe média, por outro. Se logram constituir os elementos da tríade, distinguindo-se da primeira, por outro não dispõem de nenhum privilégio de nascimento para forjar a disciplina, o autocontrole e o pensamento prospectivo.

O que a pesquisa concluiu foi justamente os elementos que propiciaram estas características e elas repousam num quadro geral explicativo: 1) na formação de autoconfiança individual e solidariedade familiar baseadas na sociabilidade religiosa; 2) a regulação racional da vida cotidiana, a formação de uma ética e crença nas capacidades pessoais através do neopentecostalismo – diferente da ralé que absorve do neopentecostalismo seus elementos mais mágicos; 3) capital familiar garantido por

---

<sup>20</sup> Jessé (2013, p. 62) assevera: Aqui a questão foi tentar perceber como é possível reverter o círculo vicioso de abuso sexual generalizado, instrumentalização dos mais fracos pelos mais fortes, baixa autoestima, baixa capacidade de concentração e autocontrole etc., que caracteriza o cotidiano de muitas das famílias da ralé, e as condenam a uma vida sem futuro e sem esperança. “Ascender socialmente” só é possível a quem logra incorporar as pré-condições que o trabalho atual pressupõe para a crescente incorporação de distintas formas de conhecimento e de capital cultural como porta de entrada em qualquer de seus setores competitivos. A fronteira entre ralé e batalhadores - a qual é sempre fluída na realidade concreta, embora, analiticamente, para efeitos de compreensão seja importante precisamente enfatizar o contraste – está situada precisamente na possibilidade da incorporação pelos batalhadores dos pressupostos para o aprendizado e o trabalho que faltam à ralé.



famílias estruturadas em papéis tradicionais, pais e filhos; 4) substancialização de uma ética do trabalho e, por extensão, uma ética dos estudos pelos filhos dos batalhadores os quais, por ausência de privilégios, não puderam viver a infância entre a brincadeira e o estudo; 5) por conta disso, tendência à conformação de um tipo de conhecimento pragmático, técnico, ligado às condições concretas de reprodução da vida; 6) trabalho disciplinado e regular, muitas vezes realizado no contexto das pequenas produções familiares – e aqui reside o potencial “neoempreendedor” apontado no campo financeiro; 7) autopercepção como membros úteis à sociedade, capazes de criar uma narrativa de sucesso quanto à trajetória pessoal, rebaixando o papel de agentes coletivos, como sindicatos e partidos políticos.

Estas características gerais compõem os batalhadores, entendidos como uma nova classe porque “a alocação e o regime de trabalho são realizados de modo novo, de modo a ajustá-los às novas demandas de valorização ampliada do capital financeiro” (IDEM, 2012, p. 56). A ascensão desses indivíduos está, acima de tudo, calcada em capitais econômico e cultural radicalmente distintos daqueles identificados na classe média tradicional. Jessé, portanto, nomeia de concepção “triumfalista” aquela que imputa a esse novo segmento como “nova classe média”, sob uso de métodos cientificamente superficiais e politicamente conservadores. Este último aspecto repousa, precisamente, na negação sistemática da dor e do sofrimento deste segmento social, marcado pela dominação e humilhação social.

### *Conclusão*

O desprezo pela teoria, e toda a complexidade que daí decorre, aliado ao elogio empirista dos “moderníssimos” métodos matemáticos de mensuração social, evidencia o caráter ideológico-propagandístico da tese da Nova Classe Média, sob uma puída roupagem científica. Neste sentido tem razão Jessé Souza quando aponta o profundo ocultamento da dor e sofrimento que há neste processo de falsificação da realidade. Isso não apenas como resultado de uma leitura pouco rigorosa, embasada por malabarismos econométricos, mas como “ponto de partida” na perpetuação dos instrumentos de dominação social. A rapidez com que essa tese e seus ideólogos ganharam força e espaço político-institucional revela o desprezo das elites ante as mazelas econômico-sociais por que passa a imensa maioria de trabalhadores, precarizados e endividados, bem como os

cotidianamente excluídos no Brasil. Neste sentido, é interessante reforçar a observação objetiva e certa do economista Mathias Luce:

Um primeiro conjunto de questionamentos é necessário para refutar a caracterização mistificadora da realidade como a que se tem em tela. *Primeiro*, tal abordagem coloca em um mesmo estrato indivíduos com rendimento familiar mensal tão dissímil como a variação entre R\$ 1.200 e R\$ 5.174 – uma disparidade de 430% entre o piso e o teto! *Segundo*, inclui na denominação de classe média um universo de milhões de famílias cujos rendimentos sequer alcançam o salário mínimo necessário do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). *Terceiro*, carece de rigor ao apresentar o atributo potencial de consumo – utilizado para comprovar supostamente a sustentabilidade da ascensão à condição de classe média representada pelo consumo de bens duráveis –, ignorando três elementos determinantes: o endividamento das famílias, o aumento do desgaste da força de trabalho para poder acessar tais valores de uso, o barateamento de vários desses produtos, antes bens suntuários, e que passaram à condição de bens de consumo necessário, alterando o elemento histórico-moral do valor da força de trabalho, embora sem que a remuneração recebida tenha acompanhado o aumento do valor da força de trabalho nesse seu componente. *Quarto*, nubla o verdadeiro significado de classe social, ao se ater à definição de estratos de renda e potencial de consumo. É o que torna lícita a afirmação tão esdrúxula como: “a nova classe média também é a classe dominante, do ponto de vista econômico, pois já concentra 46,6% do poder de compra dos brasileiros em 2011, superando as classes A e B, estas com 45,6% do total do poder de compra” (Neri, 2011, p. 29). (LUCE, 2013, p. 02/03)

Assim, para emprendermos a crítica que embalou este trabalho, procuramos retomar as principais linhas de modificação, tanto no campo estrutural como superestrutural, que operaram no modo de produção e reprodução do sistema capitalista. A hegemonização dos setores financeiros, resultado das crises de concentração e centralização do capital, aliada à necessidade de domínio e controle político-social burguês ante as reivindicações dos trabalhadores e subalternos, consolidou uma reestruturação do processo de acumulação capitalista e da luta de classes.

Ao mesmo tempo em que a fase neoliberal empreendeu significativos retrocessos sob o jugo de uma hegemonia menos consensual e mais coercitiva, abriu espaço para que as demandas anticapitalistas atuassem num esquadro controlado de ações políticas e intelectuais. A atuação das organizações não governamentais e o processo de conversão mercantil-filantropico das lutas sociais, aliada à emergência do irracionalismo pós-moderno, marcam o quadro de reestabelecimento da supremacia burguesa. É isso que expressa a passagem do bloco-histórico neoliberal para o social-liberal, neste movimento histórico de contradição, apreensão e superação.

No Brasil, o social-liberalismo ascende sob o pensamento neodesenvolvimentista dos governos petistas. Surge, como bem coloca Castelo, enquanto farsa do nacional-

desenvolvimentismo dos anos 60, porque menos crítico e impotente quanto à premência de profundas reformas na estrutura social brasileira. Mais do que isso, é incapaz de romper - em verdade endossa - com a ortodoxia neoliberal econômica que se alastra, drenando recursos excedentes – e nisso tempo e desgaste da corporeidade viva dos trabalhadores – em favor dos setores financeiros, enquanto oferece uma cidadania orientada à contenção dos desastres da miséria e da baixa densidade política, organizada, sobretudo, pelas necessidades de oferta do mercado.

A tese da NCM aparece para dar um sentido progressista a essa farsa. Isto não significa cair na leviandade de não reconhecer os avanços das políticas adotadas pelo governo, mas apontar para a contradição instaurada no seio desse “reformismo fraco”, como definiu André Singer em seu livro *Os sentidos do Lulismo*. Ou seja, sem transformações que rompam com o quadro perverso de atraso da vida social brasileira, estaremos fadados a curtos períodos de alívio, seguidos de outros longos e recessivos, os quais já estamos, inclusive, vivenciando.

#### *Referências Bibliográficas*

ANTUNES, Ricardo. **O continente do labor**. São Paulo: Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_. **Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2009.

ANTUNES, Daví José Nardy; DENIS, Maracci Gimenez; QUADROS, Waldir José de **Afinal, somos um país de classe média? Mercado de trabalho, renda e transformações sociais no Brasil dos anos 2000**. Disponível em: <https://br.boell.org/sites/default/files/ncmlivrohbs.pdf> Acesso em: 10 agosto 2015.

BRAGA, Ruy; OLIVEIRA, Francisco de; RIZEK, Cibele (orgs.). **Hegemonia às avessas: Economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2010.

BRAGA, Ruy. **O enigma da nova classe média**. Disponível em <https://blogdaboitempo.com.br/2012/06/04/o-enigma-da-nova-classe-media/> Acesso em: 10 agosto 2015.

BIANCHI, Álvaro; BRAGA, Ruy. **Capitalismo patrimonial nos trópicos? Terceira via e governo Lula**. *Universidade e Sociedade*, Brasília, v. XIII, n. 31, p. 205-216, 2003.

CASTELO, Rodrigo. **O social liberalismo: auge e crise da supremacia na era neoliberal**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

\_\_\_\_\_. **O canto da sereia: social liberalismo, novo desenvolvimentismo e supremacia burguesa no capitalismo dependente brasileiro.** Disponível em <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/7562> Acesso em: 10 agosto 2015.

CAVALCANTE, Sávio Machado. **Classes médias e modo de produção capitalista: um estudo a partir do debate marxista.** Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ifch/classes-medias-modo-producao-capitalista-estudo-partir-debate-marxista> Acesso em: 10 agosto 2015.

CHESNAIS, François. *A Mundialização do Capital.* São Paulo, Xamã, 1996.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história.** Rio de Janeiro: EPSJV, UFRJ 2010.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo: história e implicações.** São Paulo: Edições Loyola, 2005.

\_\_\_\_\_. **O novo imperialismo.** São Paulo: Loyola, 2004.

LUCE, Mathias Seibel. **Brasil: Nova classe média ou novas formas de superexploração da classe trabalhadora?** Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1981-77462013000100010&script=sci\\_abstract&lng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1981-77462013000100010&script=sci_abstract&lng=pt) Acesso em: 10 agosto 2015.

MONTAÑO, Carlos (Org.). **O Canto da Sereia: Crítica à Ideologia e aos Projetos do "Terceiro Setor".** Rio de Janeiro: Cortez, 2014.

NERI, Marcelo. **A nova classe média.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, Instituto Brasileiro de Economia, Centro de Políticas Sociais, 2008.

\_\_\_\_\_. **A nova classe média: o lado brilhando da base da pirâmide.** São Paulo: Saraiva, 2011.

\_\_\_\_\_. **Social e Renda: A Classe Média Brasileira.** Brasília: Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, 2014. Disponível em: [https://issuu.com/sae.pr/docs/01.nova\\_classe\\_m\\_dia\\_ebook](https://issuu.com/sae.pr/docs/01.nova_classe_m_dia_ebook) Acesso em: 10 agosto 2015.

\_\_\_\_\_. **Equação de Salários Minceriana.** Disponível em: \_ Acesso em: 10 agosto 2015.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. **A nova pedagogia da hegemonia.** São Paulo: Xamã, 2005.

OLIVEIRA, Francisco de. **O ornitorrinco.** In: OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista – O ornitorrinco.* São Paulo: Boitempo, 2003.

ORTIZ, Renato. **A nova classe média brasileira.** Disponível em Acesso em: 10 agosto 2015.

POCHMANN, Márcio. **Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira.** São Paulo: Boitempo, 2012.

\_\_\_\_\_. *O mito da grande classe média: capitalismo e estrutura social.* *Marcio Pochmann.* São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

SALATA, André; SCALON, Celi. **Uma nova classe média no Brasil da última década? O debate a partir da perspectiva sociológica.** Disponível em: Acesso em: 10 agosto 2015.

SANTOS, Chico. **Moreira Franco confirma Marcelo Neri para presidência do IPEA. Valor Econômico.** Rio de Janeiro, 24 de Agosto de 2012. Disponível em: <https://www.valor.com.br/brasil/2803042/moreira-franco-confirma-marcelo-neri-na-presidencia-do-ipea> Acesso em: 20 de setembro de 2018.

SANTOS, Theotônio dos. **O conceito de Classes Sociais.** Petrópolis, Ed. Vozes, 1983.

SOBRINHO, Guilherme G. de F. Xavier. **A “Classe C” e sua alardeada ascensão: nova? Classe? Média?** Disponível em: <https://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/view/2527> Acesso em: 10 agosto 2015.

SOUZA, Jesse. **A Ralé Brasileira, quem é e como vive.** Disponível em: <http://flacso.redelivre.org.br/files/2014/10/1143.pdf> Acesso em: 10 agosto 2015.

\_\_\_\_\_. **Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?** 2a ed. Belo Horizonte: UFMG, 2012

SOUZA, Amaury; LAMOUNIER, Bolívar. **A classe média brasileira: ambições, valores e projetos de sociedade.** Rio de Janeiro: Elsevier; Brasília, DF: CNI, 2010.

WOOD, Ellen Meiksins. **O império do capital.** São Paulo: Boitempo, 2014.